

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

Edital 25/2024: CGDEN/DIGAP	
Título e Código do Projeto	UNESCO 914BRZ1115 - Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas educacionais frente às metas do Plano Nacional de Educação – PNE e do Plano de Ações Articuladas - PAR
Local(s) de Trabalho	<i>Brasília/DF</i>
Período do contrato:	<i>11 meses</i>
Número de vagas:	4 (quatro)
Enquadramento no Prodoc	Atividade 1.3.7 Realizar diagnóstico das atuais práticas administrativas aplicadas a investimentos em educação e normas correlatas, com proposição de melhorias.

1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Em conjunto com o Ministério da Educação - MEC, o FNDE tem realizado o alinhamento estratégico de suas ações institucionais, programáticas e administrativas a fim de criar condições institucionais apropriadas à gestão das políticas do referido ministério, no contexto do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei n. 13.005/2014, cujas diretrizes estão relacionadas com as atividades desenvolvidas na Coordenação-Geral de Programas para o Desenvolvimento do Ensino – CGDEN/DIGAP/FNDE.

Entende-se pela necessidade de contratação de consultoria especializada para a realização de diagnóstico das práticas implementadas para monitoramento de programas, projetos e ações que impactam na qualidade da educação e, assim fortalecer o planejamento, o monitoramento e a execução das ações de programas e projetos educacionais para capacitação de recursos humanos da educação e aquisição de recursos pedagógicos, realizados em parceria com as Secretarias, Fundações e Autarquias do Ministério da Educação e outros órgãos e entidades nas esferas federal, estadual e municipal.

Dessa forma, a contratação de consultores técnicos especializados é essencial para realizar estudos avaliativos detalhados e abrangentes sobre os instrumentos pactuados entre os Entes Federados e o FNDE, bem como os Termos de Execução Descentralizada (TED), garantindo a eficiência na coleta e análise de informações complexas e volumosas; a precisão na identificação de desafios e oportunidades de melhoria, contribuindo para a qualidade da execução das ações pactuadas e o fortalecimento da governança e os resultados das políticas públicas educacionais, especialmente nas regiões com desafios operacionais mais significativos.

Dessa forma, os documentos técnicos contribuirão de forma significativa para o aprimoramento contínuo da gestão pública e o sucesso das políticas educacionais implementadas.

2 - ENQUADRAMENTO NO PRODOC

Resultado 1.3: Processos de planejamento, implantação, monitoramento e execução das ações de apoio e assistência técnica e financeira no contexto do Plano de Ações Articuladas, no âmbito da DIGAP, atualizados.

Enquadramento no Prodoc: Os resultados inserem-se nas atividades previstas na

Atividade 1.3.7: Realizar diagnóstico das atuais práticas administrativas aplicadas a investimentos em educação e normas correlatas, com proposição de melhorias.

3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS PELO CONSULTOR

Consultor 1 e 2: COPAI

Atividade 1: Coletar dados dos instrumentos pactuados com o FNDE, no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais – DIGAP, por meio da Plataforma Transferegov, considerando a divisão por região descrita no cronograma de entrega;

Atividade 2: Realizar diagnóstico dos dados, especificamente das análises de prorrogações de vigência dos instrumentos pactuados junto aos entes federados pelo FNDE, considerando a divisão por região descrita no cronograma de entregas;

Atividade 3: Apresentar estudo avaliativo sobre o processo de análise das solicitações de prorrogações de vigência dos instrumentos pactuados, considerando a divisão por região descrita no cronograma de entrega;

Atividade 4: Apresentar relatórios para subsidiar a gestão do FNDE, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestado aos entes por meio dos instrumentos pactuados;

Atividade 5: Produzir uma base compilada com os estudos dos produtos da consultoria, identificando possíveis entraves na execução dos instrumentos sugerindo melhorias para o processo.

Atividade 6: Realizar reuniões com as áreas envolvidas na DIGAP e outros stakeholders relevantes para alinhar os resultados parciais.

Atividade 7: Examinar os desafios e obstáculos encontrados pelos entes federados na execução dos Termos de Compromisso.

Atividade 8: Analisar os processos e procedimentos adotados, identificando fragilidades e oportunidades de melhoria.

Consultor 3 e 4: COHEP

Atividade 1: Identificar e analisar dados referentes aos Termos de Execução Descentralizada (TEDs) firmados entre o FNDE e os Órgãos, Institutos e Fundações Federais nos anos de 2023 e 2024, conforme cronograma dos produtos, no âmbito da DIGAP/FNDE;

Atividade 2: Levantamento do montante de instrumentos celebrados, incluindo os valores pactuados e as transferências realizadas.

Atividade 3: Consolidar os dados financeiros e operacionais disponíveis nos sistemas governamentais pertinentes.

Atividade 4: Mapear os desafios enfrentados por órgãos, institutos e fundações federais na execução dos objetos pactuados.

Atividade 5: Analisar os fatores que impactaram a eficiência operacional, como entraves administrativos, dificuldades técnicas e questões orçamentárias.

Atividade 6: Desenvolver recomendações e propor melhorias para otimizar os processos e procedimentos de execução dos TEDs.

Atividade 7: Realizar estudos de verificação do impacto social obtido a partir das entregas realizadas por meio dos TEDs.

Atividade 8: Realizar reuniões com as áreas envolvidas no processo de execução dos TEDs.

4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Em todos os produtos o consultor deverá compartilhar, junto com cada documento técnico, as bases de dados produzidas para a sua elaboração.

Consultor 1: COPAI

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento Técnico “A” contendo estudo avaliativo acerca dos instrumentos pactuados entre os Entes Federados e o FNDE, no âmbito da DIGAP, nos Sistemas do Governo Federal SIMEC e Transferegov, incluindo o levantamento do quantitativo de Termos de Compromisso expirados entre 2021 e 2024 (ciclos 3 e 4 do PAR), correlacionando o período de vigência dos Instrumentos desde a sua celebração e identificando os termos vencidos. Além disso, o documento deve apresentar a análise dos desafios identificados na execução e propor melhorias	30 Dias

nos processos e procedimentos, especificamente para os entes e entidades dos estados de Acre, Amazonas e Rondônia.	
Documento Técnico “B” contendo estudo avaliativo acerca dos instrumentos pactuados entre os Entes Federados e o FNDE, no âmbito da DIGAP, nos Sistemas do Governo Federal SIMEC e Transferegov, incluindo o levantamento do quantitativo de Termos de Compromisso expirados entre 2021 e 2024 (ciclos 3 e 4 do PAR), correlacionando o período de vigência dos Instrumentos desde a sua celebração e identificando os termos vencidos. Além disso, o documento deve apresentar a análise dos desafios identificados na execução e propor melhorias nos processos e procedimentos, especificamente para os entes e entidades dos estados de Roraima e Pará.	100 Dias
Documento Técnico “C” contendo estudo avaliativo acerca dos instrumentos pactuados entre os Entes Federados e o FNDE, no âmbito da DIGAP, nos Sistemas do Governo Federal SIMEC e Transferegov, incluindo o levantamento do quantitativo de Termos de Compromisso expirados entre 2021 e 2024 (ciclos 3 e 4 do PAR), correlacionando o período de vigência dos Instrumentos desde a sua celebração e identificando os termos vencidos. Além disso, o documento deve apresentar a análise dos desafios identificados na execução e propor melhorias nos processos e procedimentos, especificamente para os entes e entidades dos estados de Amapá, Distrito Federal e Tocantins.	155 Dias
Documento Técnico “D” contendo estudo avaliativo acerca dos instrumentos pactuados entre os Entes Federados e o FNDE, no âmbito da DIGAP, nos Sistemas do Governo Federal SIMEC e Transferegov, incluindo o levantamento do quantitativo de Termos de Compromisso expirados entre 2021 e 2024 (ciclos 3 e 4 do PAR), correlacionando o período de vigência dos Instrumentos desde a sua celebração e identificando os termos vencidos. Além disso, o documento deve apresentar a análise dos desafios identificados na execução e propor melhorias nos processos e procedimentos, especificamente para os entes e entidades dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.	215 Dias
Documento Técnico “E” contendo estudo avaliativo acerca dos instrumentos pactuados entre os Entes Federados e o FNDE, no âmbito da DIGAP, nos Sistemas do Governo Federal SIMEC e Transferegov, incluindo o levantamento do quantitativo de Termos de Compromisso expirados entre 2021 e 2024 (ciclos 3 e 4 do PAR), correlacionando o período de vigência dos Instrumentos desde a sua celebração e identificando os termos vencidos. Além disso, o documento deve apresentar a análise dos desafios identificados na execução e propor melhorias nos processos e procedimentos, especificamente para os entes e entidades dos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.	270 Dias

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Consultor 2: COPAI

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento Técnico “A” contendo estudo avaliativo acerca dos instrumentos pactuados entre os Entes Federados e o FNDE, no âmbito da DIGAP, nos Sistemas do Governo Federal SIMEC e Transferegov, incluindo o levantamento do quantitativo de Termos de Compromisso expirados entre 2021 e 2024 (ciclos 3 e 4 do PAR), correlacionando o período de vigência dos Instrumentos desde a sua celebração e identificando os termos vencidos. Além disso, o documento deve apresentar a análise dos desafios identificados na execução e propor melhorias nos processos e procedimentos, especificamente para os entes e entidades dos estados de Maranhão, Piauí e Ceará.	30 Dias
Documento Técnico “B” contendo estudo avaliativo acerca dos instrumentos pactuados entre os Entes Federados e o FNDE, no âmbito da DIGAP, nos Sistemas	100 Dias

do Governo Federal SIMEC e Transferegov, incluindo o levantamento do quantitativo de Termos de Compromisso expirados entre 2021 e 2024 (ciclos 3 e 4 do PAR), correlacionando o período de vigência dos Instrumentos desde a sua celebração e identificando os termos vencidos. Além disso, o documento deve apresentar a análise dos desafios identificados na execução e propor melhorias nos processos e procedimentos, especificamente para os entes e entidades dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.	
Documento Técnico “C” contendo estudo avaliativo acerca dos instrumentos pactuados entre os Entes Federados e o FNDE, no âmbito da DIGAP, nos Sistemas do Governo Federal SIMEC e Transferegov, incluindo o levantamento do quantitativo de Termos de Compromisso expirados entre 2021 e 2024 (ciclos 3 e 4 do PAR), correlacionando o período de vigência dos Instrumentos desde a sua celebração e identificando os termos vencidos. Além disso, o documento deve apresentar a análise dos desafios identificados na execução e propor melhorias nos processos e procedimentos, especificamente para os entes e entidades dos estados de Alagoas, Sergipe e Bahia.	155 Dias
Documento Técnico “D” contendo estudo avaliativo acerca dos instrumentos pactuados entre os Entes Federados e o FNDE, no âmbito da DIGAP, nos Sistemas do Governo Federal SIMEC e Transferegov, incluindo o levantamento do quantitativo de Termos de Compromisso expirados entre 2021 e 2024 (ciclos 3 e 4 do PAR), correlacionando o período de vigência dos Instrumentos desde a sua celebração e identificando os termos vencidos. Além disso, o documento deve apresentar a análise dos desafios identificados na execução e propor melhorias nos processos e procedimentos, especificamente para os entes e entidades dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.	215 Dias
Documento Técnico “E” contendo estudo avaliativo acerca das dos instrumentos pactuados com os Entes Federados e o FNDE, realizados no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, nos Sistemas do Governo Federal SIMEC e Plataforma Tranferegov, com o levantamento do quantitativo de Termos de Compromisso que venceram entre 2021 e 2024 no âmbito dos ciclos 3 e 4 do PAR, correlacionando o período de vigência dos Instrumentos desde a sua celebração e identificando os termos vencidos, apontando dificuldades encontradas na execução e sugerindo melhorias de processos e procedimentos, especificamente para os entes e entidades dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.	270 Dias

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Consultor 3: COHEP

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento Técnico “A” contendo estudo avaliativo, referente aos Termos de Execução Descentralizada – TED, pactuados no ano de 2023, para a Região Norte , incluindo o levantamento do montante de instrumentos celebrados, os valores pactuados, as transferências realizadas, os desafios enfrentados pelos órgãos, institutos e fundações federais na execução do objeto pactuado, bem como a proposição de melhorias visando otimizar a eficiência operacional na execução e garantir a efetividade das ações pactuadas.	30 Dias
Documento Técnico “B” contendo estudo avaliativo, referente aos Termos de Execução Descentralizada – TED, pactuados no ano de 2023, para a Região Centro-Oeste , incluindo o levantamento do montante de instrumentos celebrados, os valores pactuados, as transferências realizadas, os desafios enfrentados pelos órgãos, institutos e fundações federais na execução do objeto pactuado, bem como a proposição de melhorias visando otimizar a eficiência operacional na execução e garantir a efetividade das ações pactuadas.	100 Dias

Documento Técnico “C” contendo estudo avaliativo, referente aos Termos de Execução Descentralizada – TED, pactuados no ano de 2023, para a Região Nordeste , incluindo o levantamento do montante de instrumentos celebrados, os valores pactuados, as transferências realizadas, os desafios enfrentados pelos órgãos, institutos e fundações federais na execução do objeto pactuado, bem como a proposição de melhorias visando otimizar a eficiência operacional na execução e garantir a efetividade das ações pactuadas.	155 Dias
Documento Técnico “D” contendo estudo avaliativo, referente aos Termos de Execução Descentralizada – TED, pactuados no ano de 2023, para a Região Sul , incluindo o levantamento do montante de instrumentos celebrados, os valores pactuados, as transferências realizadas, os desafios enfrentados pelos órgãos, institutos e fundações federais na execução do objeto pactuado, bem como a proposição de melhorias visando otimizar a eficiência operacional na execução e garantir a efetividade das ações pactuadas.	215 Dias
Documento Técnico “E” contendo estudo avaliativo, referente aos Termos de Execução Descentralizada – TED, pactuados no ano de 2023, para a Região Sudeste , incluindo o levantamento do montante de instrumentos celebrados, os valores pactuados, as transferências realizadas, os desafios enfrentados pelos órgãos, institutos e fundações federais na execução do objeto pactuado, bem como a proposição de melhorias visando otimizar a eficiência operacional na execução e garantir a efetividade das ações pactuadas.	270 Dias

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Consultor 4: COHEP

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento Técnico “A” contendo estudo avaliativo, referente aos Termos de Execução Descentralizada – TED, pactuados no ano de 2024, para a Região Norte , incluindo o levantamento do montante de instrumentos celebrados, os valores pactuados, as transferências realizadas, os desafios enfrentados pelos órgãos, institutos e fundações federais na execução do objeto pactuado, bem como a proposição de melhorias visando otimizar a eficiência operacional na execução e garantir a efetividade das ações pactuadas.	30 Dias
Documento Técnico “B” contendo estudo avaliativo, referente aos Termos de Execução Descentralizada – TED, pactuados no ano de 2024, para a Região Centro-Oeste , incluindo o levantamento do montante de instrumentos celebrados, os valores pactuados, as transferências realizadas, os desafios enfrentados pelos órgãos, institutos e fundações federais na execução do objeto pactuado, bem como a proposição de melhorias visando otimizar a eficiência operacional na execução e garantir a efetividade das ações pactuadas.	100 Dias
Documento Técnico “C” contendo estudo avaliativo, referente aos Termos de Execução Descentralizada – TED, pactuados no ano de 2024, para a Região Nordeste , incluindo o levantamento do montante de instrumentos celebrados, os valores pactuados, as transferências realizadas, os desafios enfrentados pelos órgãos, institutos e fundações federais na execução do objeto pactuado, bem como a proposição de melhorias visando otimizar a eficiência operacional na execução e garantir a efetividade das ações pactuadas.	155 Dias
Documento Técnico “D” contendo estudo avaliativo, referente aos Termos de Execução Descentralizada – TED, pactuados no ano de 2024, para a Região Sul , incluindo o levantamento do montante de instrumentos celebrados, os valores pactuados, as transferências realizadas, os desafios enfrentados pelos órgãos, institutos e fundações federais na execução do objeto pactuado, bem como a proposição de melhorias visando otimizar a eficiência operacional na execução e garantir a efetividade das ações pactuadas.	215 Dias

Documento Técnico “E” contendo estudo avaliativo, referente aos Termos de Execução Descentralizada – TED, pactuados no ano de 2024, para a Região Sudeste , incluindo o levantamento do montante de instrumentos celebrados, os valores pactuados, as transferências realizadas, os desafios enfrentados pelos órgãos, institutos e fundações federais na execução do objeto pactuado, bem como a proposição de melhorias visando otimizar a eficiência operacional na execução e garantir a efetividade das ações pactuadas.	270 Dias
---	----------

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

5 - INSUMOS

Ao consultor será dado o apoio e material técnico necessário para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão, ainda, ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 - PROCESSO SELETIVO

A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

6.1 Análise curricular:

- Os interessados deverão realizar o cadastro dos currículos na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) e submeter sua candidatura na plataforma nas datas previstas no edital.
- Serão desconsiderados os currículos remetidos em desacordo com estas exigências e/ou fora do prazo estipulado no edital.
- Os currículos enviados fora do período indicado serão desconsiderados. Não serão aceitos currículos enviados por e-mail ou outro meio que não seja via plataforma Roster.
- candidaturas encaminhadas tempestivamente via plataforma Roster serão analisadas pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas ofertadas;
- A análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item 8 deste edital.

6.2 Entrevista:

- Participarão da fase das entrevistas os candidatos que obtiverem a maior pontuação da etapa da análise curricular. Serão entrevistados, no máximo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas; salvo se houver empate, caso que poderá ser entrevistado além do triplo;
- A habilitação para o candidato seguir para a etapa de **entrevista** é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70% da pontuação referente à análise do currículo, ou seja, no mínimo 56 pontos;

- c) As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;
- d) As convocações para as entrevistas serão realizadas pelo e-mail que constar no currículo cadastrado na plataforma Roster;
- e) A entrevista valerá 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;
- f) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- g) A Comissão avaliará, dentre outros, o domínio do candidato em relação ao objeto da consultoria, sua desenvoltura na articulação de temas e ideias, o conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, bom relacionamento interpessoal, assim como a capacidade para trabalho em equipe. Além disso, será observado o interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC, no tocante às políticas de melhoria da educação nacional.

6.3 Análise documental/convocação:

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas de Análise Curricular e Entrevista, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) A habilitação para fins de **contratação** é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70 pontos do total somados nas etapas de Análise curricular + Entrevista;
- c) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- d) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e enviado ao e-mail prododigap@fnde.gov.br;
- e) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis” conforme o tópico “Requisitos de Qualificação”.
- f) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- g) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- h) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- j) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- k) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado

6.4 Critérios de desempate

Em caso de empate na pontuação final, terá preferência o candidato que obtiver a maior pontuação no item 3 da entrevista: "Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR". Persistindo o empate, dar-se-á preferência sucessivamente ao candidato que:

- a) Tiver obtido a maior pontuação na experiência profissional em atividades de acompanhamento da implementação de políticas públicas, no âmbito da Administração Pública;
- b) Tiver obtido a maior pontuação na experiência profissional em atividades relacionadas a acompanhamento e análise de processos, no âmbito da Administração Pública; e

- c) Tiver obtido a maior pontuação na experiência profissional em atividades relacionadas a transferências, âmbito da Administração Pública, operacionalizadas especialmente por meio de convênios, termo de fomento e termos de execução descentralizada.

7 - REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

A qualificação desejável está especificada e seguirá os critérios apresentados na tabela com critérios de avaliação.

A experiência profissional poderá ser comprovada por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho.

7.1. Obrigatórios:

- a. **Formação Acadêmica:** Diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior na área de Ciências Sociais Aplicadas fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- b. **Experiência profissional:** mínima de 3 (três) anos em atividades de acompanhamento da implementação de políticas públicas, no âmbito da Administração Pública.
- c. **Experiência profissional:** mínima de 2 (dois) anos em atividades relacionadas a acompanhamento e análise de processos, no âmbito da Administração Pública.

7.2. Desejáveis:

- a. **Pós-Graduação** em umas das seguintes áreas: Políticas Públicas, Gestão Pública, Economia e Finanças, Contabilidade, Gestão Estratégica, Gestão de Processos e Projetos.
- b. **Experiência profissional:** mínima de 3 (três) anos em atividades relacionadas a transferências no âmbito da Administração Pública, operacionalizadas especialmente por meio de convênios, termo de fomento e termos de execução descentralizada, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.
- c. **Experiência profissional:** mínima de 2 (dois) anos no uso de Sistemas gerenciais de monitoramento de execução dos programas e projetos do Governo Federal.

8 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Formação acadêmica	Obrigatório: Diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior na área de Ciências Sociais Aplicadas fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; desejável certificado pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) em umas das seguintes áreas: Políticas Públicas, Gestão Pública, Economia e Finanças, Contabilidade, Gestão Estratégica, Gestão de Processos e Projetos.	[100%] 10 pontos: Pós-graduação e/ou Especialização, Mestrado e/ou Doutorado; [85%] 8,5 pontos: Graduação.	10
	Experiência profissional	Obrigatória: Experiência profissional mínima de 3 (três) anos em atividades de acompanhamento da implementação de políticas públicas, no âmbito da Administração Pública.	[100%] 20 pontos: 5 anos ou mais de experiência; [85%] 17 pontos: 4 anos	20

			de experiência; [70%] 14 pontos: 3 anos de experiência.	
		Obrigatória: Experiência profissional mínima de 2 (dois) anos em atividades relacionadas a acompanhamento e análise de processos, no âmbito da Administração Pública.	100%] 20 pontos: 4 anos ou mais de experiência; [85%] 17 pontos: 3 anos de experiência; [70%] 14 pontos: 2 anos de experiência.	20
		Desejável: Experiência profissional mínima de 3 (três) anos em atividades relacionadas a transferências no âmbito da Administração Pública, operacionalizadas especialmente por meio de convênios, termo de fomento e termos de execução descentralizada, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.	[100%] 15 pontos: 5 anos ou mais de experiência; [85%] 12,75 pontos: 4 anos de experiência; [70%] 10,5 pontos: 3 anos de experiência.	15
		Desejável: Experiência profissional mínima de 2(dois) anos no uso de Sistemas gerenciais de monitoramento de execução dos programas e projetos do Governo Federal.	100%] 15 pontos: 4 anos ou mais de experiência; [85%] 12,75 pontos: 3 anos de experiência; [70%] 10,5 pontos: 2 anos de experiência.	15
3	Entrevista	1. Apresenta cordialidade, polidez, atenção e objetividade.	[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	5
		2. Expressa-se bem, possuindo boa fluência verbal, clareza na exposição de assuntos/argumentos e capacidade de raciocínio.	[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	5
		3. Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR.	100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito; [85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito; [70%] 7 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	10
				100

9 – RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados ao e-mail prododigap@fnde.gov.br, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

- a) O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;
- b) A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

10 – DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

11 – LOCAL DE TRABALHO: Brasília, DF.

Brasília/DF, dezembro de 2024.